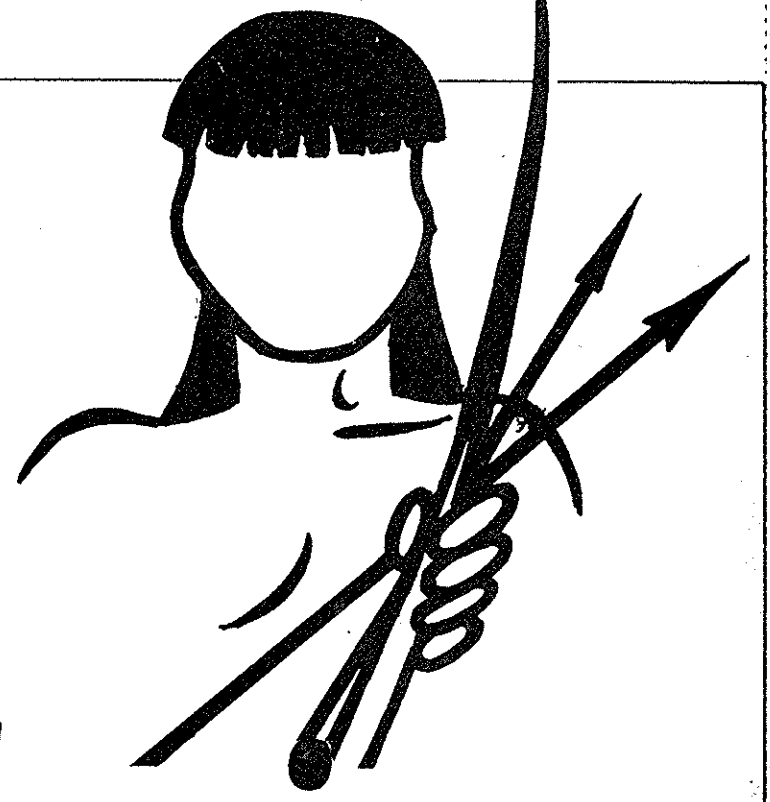


# Índio brasileiro



## Quem defenderá sua causa?



Otávio Veríssimo

Vencido o mandato do deputado Mário Juruna (PDT-RJ) e não reeditando-se, em todo o país, a eleição de nenhum dos oito candidatos índios à Constituinte, ficou determinado, sem assinatura formal de um decreto mas com mesma eficácia e contundência, que a defesa dos interesses indígenas se daria sem a participação direta do principal interessado. Assim, ao mesmo tempo em que eram divulgados os resultados da eleição, também era divulgado o artigo primeiro do Regimento Interno da Constituinte: nada de índio perambulando pelo plenário.

Entretanto, se para o Movimento Indígena o resultado das eleições representou o fim do sonho de participar da Assembléia Nacional Constituinte — mesmo que na base do bloco do eu sozinho — foi também o sinal para retornar às adversidades da luta por uma política indígena que propicie o respeito do homem branco aos costumes, tradições e propriedades das 180 nações indígenas do Brasil.

Em meio a esta luta está a Fundação Nacional do Índio (Funai), que além da busca de sua legitimidade também se vê às voltas com um processo autofágico. «A Funai é um mal necessário», sustenta Marcos Terena, da Assessoria Indígena do Ministério da Cultura e um dos candidatos da comunidade indígena nas últimas eleições. «Em nossas conversas com diversas lideranças indígenas», prossegue Terena, «temos dito que não adianta ficar criticando a Funai, brigando com a Funai. Agindo desta forma estamos contribuindo para a desestabilização da própria Funai e consequentemente contribuindo para que alguém possa dizer: se os índios não estão acreditando na Funai, então vamos acabar com ela».

Nesta tentativa de convencimento foi usado um exemplo claro: se você está sóbrio e encontra uma pessoa bêbada que começa a te perturbar, é lógico que você não vai bater nela, não vale a pena. «Com a Funai é a mesma coisa», diz Terena, não vale a pena você ficar batendo na Funai. Se o índio quer a sua independência, a sua liberdade, a sua auto-determinação, ele tem que mostrar condições para isto».

Duas trilhas

Mas o que leva as nações indígenas a esta luta secular? Objetivamente seria fácil enumerar uma série de itens ou reivindicações, porém, a questão se torna polêmica justamente pelo seu caráter subjetivo. Segundo Marcos Terena a política indígenista oficial peca exatamente por encarar o índio como um objeto, num raciocínio tipicamente colonialista.

«Você pode ser um especialista em índio, mas isto não significa que você seja mais sábio que o índio», rebate Terena. Para ele o erro deste tipo de abordagem está exatamente em se pressupor que o índio esteja num estágio cultural atrasado quando, na realidade, a comunidade indígena estaria vivendo um processo cultural e social diferente dos demais brasileiros.

Seguindo esta trilha encontramos a Funai, com seus antropólogos, sociólogos, psicólogos, sertanistas e indigenistas (todos eles especializados em índio) marchando rumo a interiorização em sentido contrário — mas preferindo, agora, uma trilha paralela que evite o choque — está o Movimento Indígena, sem especialistas em homem branco, mas representado pela União das Nações Indígenas e pelos assessores indígenas que começam a ganhar terreno junto aos governos estaduais e ministérios.

E por esta segunda trilha que os ideais puramente indígenas chegam às cidades e é nela que transitam aqueles que procuram um contato direto com lideranças partidárias a fim de estabelecerem uma espécie de assessoria parlamentar que permita uma maior aproximação com a Assembléia Nacional Constituinte.

Esta atuação, que poderia ser confundida com uma tentativa do índio especializar-se no homem branco é, sobretudo, uma resposta àquilo que o processo colonizador definiu como a questão do índio, quando na verdade não existe o índio brasileiro mas 180 nações indígenas — cada qual com uma língua diferente, uma cultura diferente e um estágio de evolução também diferente.

Esta atuação é, nas palavras de Marcos Terena, «a reação natural de um povo que busca a sua auto-determinação». E, por exemplo, a busca de opção para o jovem índio que, após concluir o primeiro grau, manifesta o desejo de continuar seus estudos e que é mandado pela Funai para fazer um curso agrícola. «Ninguém pergunta para o índio o que ele quer ser quando terminar o segundo grau», afirma Terena. O jovem índio é conduzido a um curso agrícola porque, segundo Terena, este é o raciocínio do chefe de Posto e do superintendente

regional da Funai, baseados exclusivamente na idéia de que o índio deve ser preparado para trabalhar na terra, sem se darem conta que a aptidão do índio nem sempre é aquela.

Juruna

O estabelecimento de um fluxo contínuo no sentido aldeias-cidade tornou-se mais evidente com a chegada de Juruna à Brasília. Com seu gravador e com seu estilo próprio Juruna começou a questionar desde os militares que estavam dentro da própria Funai, aos que estavam no Ministério do Interior e até mesmo aos que estavam no Palácio do Planalto.

«Naquele momento», relembra Terena, «ele mexeu inclusive com a população brasileira que estava há 20 anos sob um regime militar onde ninguém podia falar nada, onde ninguém tinha coragem de se manifestar publicamente, e que de repente passou a ver nele uma maneira de extravasar toda a sua ânsia de liberdade».

A partir daí Mário Juruna passou a viver um processo de entrada na sociedade brasileira, competitiva e desigual que por isto mesmo, forçou-o a um reajuste daquelas informações de luta e mudanças trazidas da aldeia. A sobrevivência isolada, ficou provado, era impossível, principalmente no Congresso Nacional. Mesmo assim, naquele momento, Juruna significou uma conquista dos índios brasileiros.

Vencido o mandato do deputado Mário Juruna e não podendo contar com nenhum outro representante na Assembléia Nacional Constituinte — nem mesmo com a reeleição de Juruna — o Movimento Indígena sentiu o impacto. «Os índios brasileiros», conta Terena, «ficaram sem saber exatamente o que dizer. Existem várias comunidades indígenas discutindo, por exemplo, o Estatuto do Índio e a Constituição, mas de uma maneira bem primária, bem pequena do ponto de vista dos grandes juristas».

Busca de solução

Sem a força de um bloco parlamentar para defender seus legítimos interesses a comunidade indígena tenta ainda um último recurso através de um contato com as lideranças partidárias, enquanto a Funai, seguindo seus princípios, dá início a uma série de encontros de índios com o objetivo

de produzir farta documentação que dê subsídios aos constituintes. As atividades da Funai, neste sentido, tiveram início na última quarta-feira, 25, com a paralização de suas atividades para a realização do Dia Nacional de Reflexão sobre a Questão Indígena. Para Marcos Terena esta data, na realidade, uma manobra política muito bem arquitetada pelo presidente do órgão, Romero Jucá Filho, para contornar a insatisfação dos funcionários com algumas questões de administração interna. Todavia, Terena acredita que a iniciativa da Funai possa ser proveitosa, fazendo apenas um alerta: «Hoje em dia a Funai não pode fazer nenhum trabalho isolado com os índios porque há um movimento indígena muito forte chamado União das Nações Indígenas. Este movimento tem exatamente o caráter de fiscalizar todo o processo de política indigenista adotado pelo governo e ao mesmo tempo acompanhar o desenvolvimento de idéias da Assembléia Nacional Constituinte».

Embora Romero Jucá Filho possa não concordar com as palavras de Marcos Terena, pelo menos num aspecto há consenso: a questão indígena, hoje, transcende a Funai pelo simples fato da política indígena estar sendo determinada pelo Conselho de Segurança Nacional, exatamente porque a questão da terra é considerada um fator de convulsão social.

De qualquer forma os caminhos pelos quais se desenrolam as questões que dizem respeito diretamente ao índio devem se encontrar para um somatório de forças. «Neste momento», defende Terena, «se faz necessário a formação de uma comissão de índios — os mais experimentados no mundo do branco, de acordo com sua maneira de pensar — para conversar não só com Ulysses Guimarães, mas também com todas as lideranças partidárias e principalmente com o senador Mário Covas, recentemente eleito líder do PMDB na Constituinte». A finalidade desta comissão é demonstrar às lideranças que a Assembléia Nacional Constituinte está incompleta exatamente porque o primeiro brasileiro, o índio, não está representado. «Com esta iniciativa», justifica Terena, «iremos tentar colocar no Congresso Nacional uma assessoria parlamentar formada por índios».

Você pode ser um especialista em índio, mas não significa que seja mais sábio que o índio

